

**RELATÓRIO DO
CONTROLE INTERNO
1º QUADRIMESTRE/2020**

FUNDAÇÃO JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA

Pyterson Mathias Martins
Controle Interno

INTRODUÇÃO

Nos termos do artigo 74 da Constituição Federal, do artigo 59 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, dos artigos 76 a 80 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com a Lei Complementar nº 202, de 25 de junho de 2018 e com a Resolução FJPO nº 01, de 10 de janeiro de 2020, encaminho o Relatório de Controle Interno relativo ao primeiro quadrimestre de 2020.

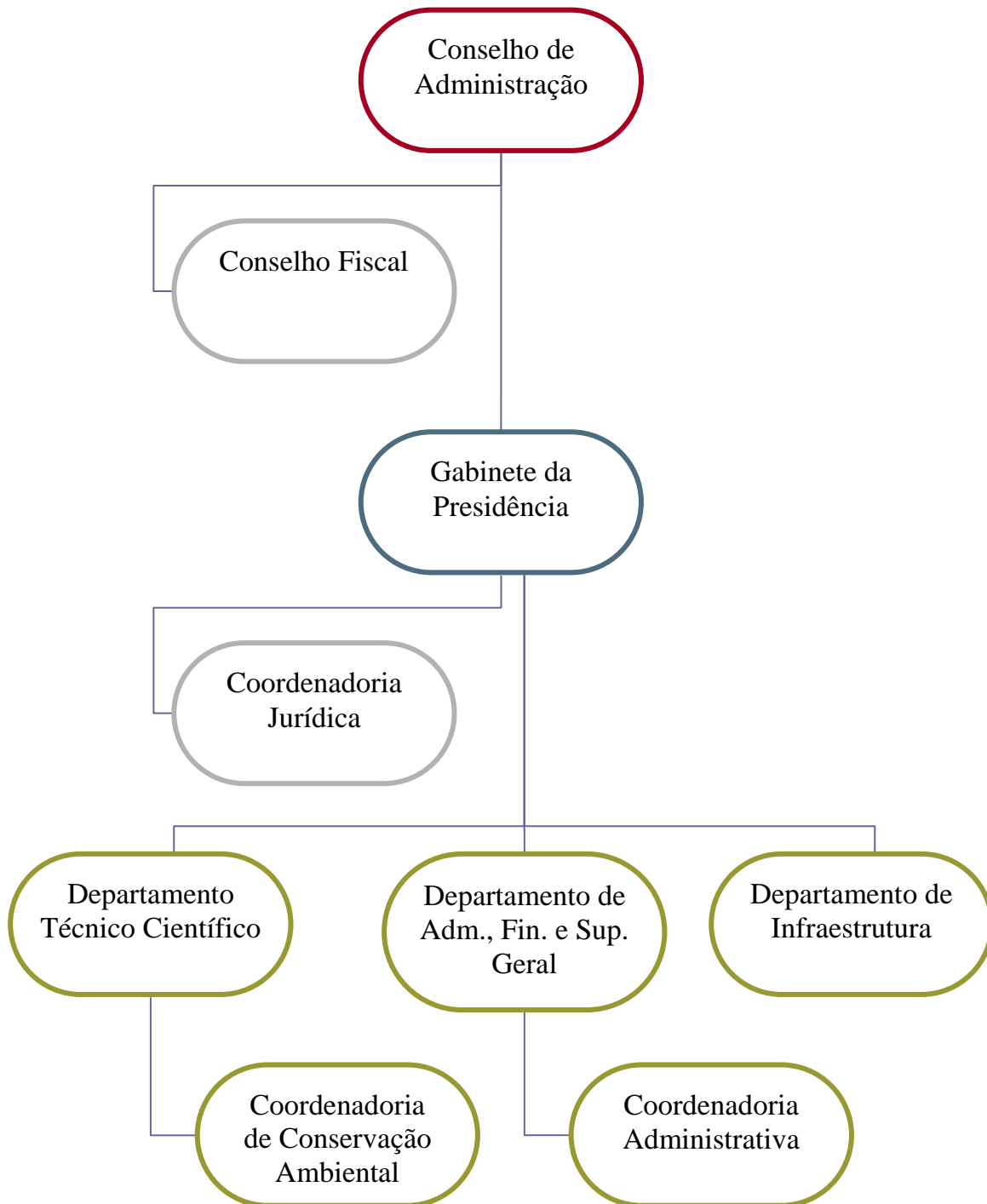
Em linhas gerais, a responsabilidade do Controle Interno é verificar a legalidade dos atos de arrecadação da receita e realização da despesa, a fidelidade dos agentes da administração responsáveis pelos bens e valores públicos e o cumprimento do programa de trabalho do orçamento.

1 - ATOS NORMATIVOS FUNDAÇÃO JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA

No primeiro quadrimestre de 2020 não ocorreram mudanças na legislação que deu origem à Fundação.

2 - ORGANOGRAMA - FUNDAÇÃO JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA

No primeiro quadrimestre de 2020, mantiveram-se as disposições do artigo 9º, da Lei Complementar nº 118, de 05 de outubro de 2015, acrescido à Lei nº 13.929, de 27 de outubro de 2010, ANEXO XI - FJPO, que fixou o organograma da Fundação José Pedro de Oliveira, conforme a seguir discriminado:



O Conselho de Administração, composto por 11 (onze) membros titulares, tem sua atual nomeação estabelecida por meio da Portaria nº 93.033, publicada no Diário Oficial de Campinas em 18 de dezembro de 2019.

O Conselho Fiscal, por sua vez, composto por 3 (três) membros titulares, tem sua atual formação aprovada pela Ata da 111ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Fundação José Pedro de Oliveira, publicada no Diário Oficial de Campinas, em 18 de março de 2020.

3 – GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

A FJPO recebeu, no primeiro quadrimestre de 2020, o valor de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) referente aos repasses financeiros do Município, representando cerca de 33% (trinta e três por cento) do orçamento total estimado para o ano.

O Departamento Técnico Científico e o Departamento de Infraestrutura da FJPO informaram que não executaram o planejamento orçamentário conforme estabelecido previamente nas respectivas leis, motivados pelas readequações que se tornaram necessárias após solicitação da Prefeitura Municipal de Campinas (ver anexo).

Não foram localizados, no período, pagamentos a fornecedores em atraso.

Constata-se, por fim, que as conciliações bancárias têm sido feitas em períodos mensais e as disponibilidades financeiras têm sido depositadas no Banco do Brasil, o que atende ao artigo 164, § 3º da Constituição Federal.

3.1 - PLANO PLURIANUAL (PPA)

O PPA vigente da Fundação José Pedro de Oliveira foi publicado no Diário Oficial de Campinas, seção de Suplementos, no dia 26 de dezembro de 2017. Ele

consta com programa de governo e apresenta despesas de capital e programas de duração continuada para quatro anos. Além disso, seus conteúdos estão orientados por metas físicas e custos estimados.

O PPA encontra-se disponível na página eletrônica do Município, tal como requer o artigo 48, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000:

http://www.campinas.sp.gov.br/servico-ao-cidadao/portal-da-transparencia/orcamento_municipal.php

PPA FJPO - 2018-2021			
INDICADOR	UNIDADE	ATUAL	AO FINAL
01021 - Novos Programas de Educação Ambiental Implantados	UNIDADE	8	12
02021 - Manutenção de Áreas de Trilhas e Bordas	UNIDADE	24	136
03021 - Trabalhos Publicados pela FJPO	UNIDADE	2	10
04021 - Veículos e Implementos	UNIDADE	18	24

C. Ação/Tp	Nome Ação	C. Fun	N C. S-Fun	Total PPA	Produto	Unidade	Meta
137 / P	Manejo e Proteção	18	541	1.462.050	Áreas Manejadas (Hectare)	Unidade	112
138 / P	Área Reformada E/Ou Construída	18	451	1.500.000	Reforma E/Ou Construção Realizada	Unidade	1
139 / P	Educação Ambiental e Comunicação	18	541	232.050	Programas de Educação Ambiental e Comunicação Implantados	Unidade	4
140 / P	Modernização e Adequação de Equipamentos	18	541	1.250.000	Aquisição de Veículos, Implementos e Equipamentos	Unidade	25
141 / A	Manutenção Dos Serviços	4	122	22.869.606	Unidade Administrada	Unidade	4
142 / A	Concurso Público	4	122	4.000	Servidores Contratados	Unidade	4
143 / A	Evolução Funcional	4	122	286.386	Servidores Contemplados na Progressão	Unidade	26

3.2 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

A LDO, exercício de 2020, da Fundação José Pedro de Oliveira, incluída na lei referente ao Município de Campinas, publicada no Diário Oficial de Campinas, seção de Suplementos, no dia 18 de julho de 2019, apresenta anexo estabelecendo, por programa de governo, as metas e prioridades para o ano em exercício. Tais itens acham-se municiados por metas físicas e custos estimados.

LDO - 2020 – FJPO							
C. Ação	Nome Ação	C. Fun	N C. S-Fun	Produto	Unidade	Valor Ano	Meta Ano
137	Manejo e Proteção	18	541	Áreas Manejadas (Hectare)	Unidade	270.000	28
138	Área Reformada E/Ou Construída	18	451	Reforma E/Ou Construção Realizada	Unidade	2.000	1
139	Educação Ambiental e Comunicação	18	541	Programas de Educação Ambiental e Comunicação Implantados	Unidade	4.000	1
140	Modernização e Adequação de Equipamentos	18	541	Aquisição de Veículos, Implementos e Equipamentos	Unidade	90.000	7
141	Manutenção Dos Serviços	4	122	Unidade Administrada	Unidade	4.080.500	1
142	Concurso Público	4	122	Servidores Contratados	Unidade	1.000	1
143	Evolução Funcional	4	122	Servidores Contemplados na Progressão	Unidade	11.000	9

A LDO em questão apresenta orientações gerais para elaborar o orçamento-programa, além de conter o anexo de metas fiscais.

A LDO encontra-se disponível na página eletrônica do Município, tal como requer o artigo 48, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000:

http://www.campinas.sp.gov.br/servico-ao-cidadao/portal-da-transparencia/orcamento_municipal.php

3.3 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

A LOA, exercício de 2020, da Fundação José Pedro de Oliveira, incluída na lei referente ao orçamento do Município de Campinas, publicada no Diário Oficial de Campinas, seção de Suplementos, no dia 17 de dezembro de 2019, contém detalhamento até o elemento de despesa, conforme artigo 15, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Há anexo mostrando compatibilidade com as metas fiscais da LDO.

A LOA encontra-se disponível na página eletrônica do Município, tal como requer o artigo 48, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000:

http://www.campinas.sp.gov.br/servico-ao-cidadao/portal-da-transparencia/orcamento_municipal.php

Abaixo estão relacionadas as metas que foram estabelecidas na LOA 2020 e que serve de parâmetro para os esforços empreendidos pela FJPO, visando seu efetivo cumprimento:

LOA - 2020 – FJPO							
Cod. Ação	Ação	Função	Subfunção	Produto	Unidade	Valor Ano	Meta Ano
137	Manejo e Proteção	18	541	Áreas Manejadas (hectare)	Unidade	128.760	28
138	Área Reformada E/Ou Construída	18	451	Reforma E/Ou Construção Realizada	Unidade	2.000	1
139	Educação Ambiental e Comunicação	18	541	Programas de Educação Ambiental e Comunicação Implantados	Unidade	2.000	1
140	Modernização e Adequação de Equipamentos	18	541	Aquisição de Veículos, Implementos e Equipamentos	Unidade	10.000	2
141	Manutenção Dos Serviços	4	122	Unidade Administrada	Unidade	4.653.400	1
142	Concurso Público	4	122	Servidores Contratados	Unidade	1.000	1
143	Evolução Funcional	4	122	Servidores Contemplados na Progressão	Unidade	1.000	1

O Departamento Técnico Científico informa, por meio do processo SEI FJPO.2020.00000091-16, que:

Com relação à meta “Novos Programas de Educação Ambiental Implantados”, sendo 1 para 2020, a Meta ainda não foi cumprida, devido a suspensão das atividades de educação ambiental visando o combate ao Novo Corona Vírus.

Com relação à meta “Manutenção de áreas de trilhas e bordas”, sendo 28 ha em 2020, o DTC está cumprindo com a Meta estabelecida.

Com relação à meta “Trabalhos publicados pela FJPO”, sendo 2 trabalhos publicados em 2020, a meta ainda não foi cumprida devido a suspensão de eventos visando o combate ao Novo Corona Vírus.

3.4 – TESOURARIA

No primeiro quadrimestre de 2020, dentro da amostra analisada, verifica-se:

- As conciliações bancárias foram realizadas em períodos mensais;
- As disponibilidades foram depositadas em banco estatal, o que atende ao art. 164, § 3º da Constituição;
- Os pagamentos foram realizados após o prévio empenho e com assinatura do ordenador da despesa;
- As ordens de pagamento foram assinadas pelos ordenadores da despesa (art. 64 da Lei nº. 4.320, de 1964), mediante assinatura eletrônica no site da instituição bancária;
- A ordem cronológica de pagamentos tem sido obedecida; e
- Os dispêndios, sob regime de adiantamento, atenderam à Resolução nº 04/2020, publicada no Diário Oficial de Campinas, em 19 de março 2020.

Durante o primeiro quadrimestre, o tesoureiro foi nomeado, mediante Portaria nº 07/2020 – FJPO, publicada no Diário Oficial de Campinas em 19 de março de 2020. Sendo a contabilidade exercida por servidora do quadro efetivo da FJPO, nomeada por meio da Portaria nº 3/2012, publicada no Diário Oficial de 06 de julho de 2012, obedecendo desta forma o princípio da segregação de funções.

Com base na amostra de documentos verificada, observa-se que, no período em pauta, as notas de empenho estão detalhadas até o nível do sub-elemento de despesa, assim como a liquidação do gasto obedeceu ao que se segue:

- a) O responsável pela liquidação está claramente identificado; e
- b) Os recibos de serviços identificam o prestador.

Não foram localizados, no período, pagamentos a fornecedores em atraso.

Constata-se a regularidade dos compromissos financeiros assumidos, bem como de reserva para pagamento dos restos a pagar que inevitavelmente sobrepõem o exercício, por se tratarem de encargos com vencimento a posteriori da execução de seus serviços, em respeito à ordem cronológica de pagamentos e aos prazos legais estabelecidos.

Não constatou-se quebra da ordem cronológica nos pagamentos efetuados pela FJPO.

3.5 - PRECATÓRIOS E REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA

No primeiro quadrimestre de 2020, a Fundação José Pedro de Oliveira não possuiu nenhum valor a pagar de precatório, tampouco requisitórios de baixa monta incidentes.

3.6 - DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES NÃO- GOVERNAMENTAIS SEM FINS LUCRATIVOS POR MEIO DE AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

No primeiro quadrimestre de 2020, não foram identificados na Fundação José Pedro de Oliveira nenhuma transferência de recursos a entidades não governamentais sem fins lucrativos por meio de auxílios, subvenções e contribuições.

4 – GESTÃO CONTÁBIL

Os registros contábeis estão sendo efetuados tempestivamente.

As 3 (três) fases da despesa, empenho, liquidação e pagamento, estão sendo cumpridas, no que se referem a amostra coletada.

As informações contábeis foram devidamente encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo por meio do sistema AUDESP, não se emitindo alerta de entrega extemporânea.

A documentação analisada encontra-se devidamente em ordem conforme estabelece a legislação vigente.

4.1 - ENCARGOS SOCIAIS

No primeiro quadrimestre de 2020, os valores aplicados para o Regime Próprio de Previdência (CAMPREV), ao Regime Geral de Previdência (INSS) e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) se demonstraram compatíveis com o tamanho da folha de pagamento:

Despesas	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
Salário, Férias, 13º Salário	214.781,58	216.136,74	217.279,51	199.184,09
CAMPREV Patronal	17.112,70	17.373,26	16.450,95	15.406,05
INSS Patronal	18.281,56	20.179,64	20.187,88	20.210,53
PASEP	2.147,82	2.161,37	2.057,53	1.991,84

Quanto à contribuição previdenciária para o regime geral, a FJPO está informando regularmente e de forma tempestiva ao Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – SEFIP.

Os encargos da folha de pagamento têm sido recolhidos em tempo hábil pela FJPO.

5 – GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Na amostra coletada, dentro do período proposto, as compras foram planejadas com antecedência e precedidas de três ou mais orçamentos.

No primeiro quadrimestre de 2020, de acordo com relação recebida, foram efetuadas as seguintes contratações públicas, com os respectivos índices de economia:

Pregão Presencial

Nº	Protocolo	Objeto	Valor da Pesquisa	Valor Contratado	Economia	Índice de Economia	Data da abertura
1	161-30/2019	Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e restaurações, serviços de mecânica, funilaria, pintura, tapeçaria, vidraçaria e elétrica, (...)	30.100,00	27.390,00	2.710,00	9%	13/02/2020

Compra Direta – Serviços

Nº	Protocolo	Objeto	Valor da Pesquisa	Valor Contratado	Economia	Índice de Economia	Assinatura
1	247-44	Website	77.177,43	9.600,00	67.577,43	87,56%	2-mar-20
2	244-00	Internet conectividade	10.181,64	6.600,00	3.581,64	35,18%	4-mar-20
3	246-63	Estágio	5.587,92	2.880,00	2.707,92	48,46%	4-mar-20
4	005-85	Saúde e Seg. do Trabalho	10.680,00	4.950,00	5.730,00	53,65%	9-mar-20
5	243-11	Seguros Frota	12.190,92	8.105,14	4.085,78	33,51%	5-mar-20
6	045-72	Kyocera Manutenção	6.945,71	1.749,00	5.196,71	74,82%	18-mar-20

Compra Direta – Fornecimento

Nº	Protocolo	Objeto	Valor de Pesquisa	Valor Contratado	Economia	Índice de Economia	Assinatura
1	16-38	Alimentos	867,45	541,10	326,35	37,62	7-fev-20
2	28-71	Relógio de Ponto	2.680,00	1.899,00	781,00	29,14	12-fev-20
3	15-57	Lubrificantes	1.187,80	934,40	253,40	21,33	13-fev-20
4	18/08	Toners	6.269,81	2.684,00	3.585,81	57,19	28-abr-20

Os editais de licitação e contratos estão disponibilizados no Portal Eletrônico de Transparência da FJPO.

A amostra verificada demonstra a correção dos procedimentos licitatórios, em conformidade com a legislação pertinente, bem como os princípios gerais da administração.

5.1 – DOS CONTRATOS E ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

No primeiro quadrimestre de 2020, mediante os processos licitatórios acima indicados, firmaram-se contratos e atos jurídicos análogos, conforme abaixo indicados:

Pregão Presencial

Nº Contrato	Contratada	Valor	Assinatura	Prazo	Vencimento
02-20	REIZINHO VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	27.390,00	09/03/2020	12 meses	09/03/2021

Contrato - Serviços

Nº Contrato	Contratada	Valor	Assinatura	Prazo	Vencimento
01-20	DG SOFTWARES	9.600,00	2-mar-20	12 MESES	2-mar-21
04-20	INTERCONECTE TELECOM	6.600,00	4-mar-20	12 MESES	4-mar-21
02-20	CIEE	2.880,00	4-mar-20	12 MESES	28-fev-21

Nº Contrato	Contratada	Valor	Assinatura	Prazo	Vencimento
03-20	GM SEGURANÇA DO TRABALHO	4.950,00	9-mar-20	12 MESES	9-mar-21
	PRECISA SEGUROS (PORTO SEGURO)	8.105,14	5-mar-20	12 MESES	5-mar-21
05-20	REWORK COPIADORAS	1.749,00	18-mar-20	3 MESES	18-jun-20

Contrato - Produto

Nº Contrato	Contratada	Valor	Assinatura	Prazo	Vencimento
02-20	MINEIRÃO DISTRIBUIDORA LTDA/ VITOR LOLI COMERCIO/NUTRICIONALE	541,10	7-fev-20	3 MESES	7-mai-20
01-20	INFORPONTO COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	1.899,00	12-fev-20	12 MESES	12-fev-21
03-20	STORE DO BRASIL LTDA	934,40	13-fev-20	3 MESES	13-mai-20
04-20	COTA.COM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP	2.684,00	28-abr-20	3 MESES	28-jul-20

No primeiro quadrimestre de 2020, aditaram-se os seguintes contratos ou atos jurídicos análogos, conforme abaixo indicados:

Nº ADT	Prot.	Data	Valor do ADT	Prazo ADT	Contratada
2	19-57	9-fev-20	Sem ônus	06 meses	R MAGALHÃES AGUA ME
1	68-43	18-mar-20	7.486,80	12 meses	ARCEL - FABIANA ALVES JAQUETA ME

No primeiro quadrimestre de 2020, foram recebidos bens doados, conforme abaixo indicados:

Nº	Prot.	Data	Objeto	Doador
1	006-66/20	03/02/2020	BENS MÓVEIS - RECEBIMENTO	MPT 15ª REGIÃO

5.2 – DOS CONTRATOS DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA - PPP

Verificou-se que no primeiro quadrimestre de 2020, a Fundação não firmou Contrato de Parceria Público Privada – PPP.

5.3 - DOS CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Verificou-se que no primeiro quadrimestre de 2020, a Fundação não firmou Contrato de Gestão com Organizações Sociais.

5.4 - DOS TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

Verificou-se que no primeiro quadrimestre de 2020, a Fundação não firmou Termos de Parceria com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

5.5 - DOS CONVÊNIOS FIRMADOS COM ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS SEM FINS LUCRATIVOS

Verificou-se que no primeiro quadrimestre de 2020, a Fundação não firmou convênio com entidades não governamentais sem fins lucrativos.

6 – GESTÃO DE PESSOAL

No primeiro quadrimestre de 2020:

- Houve 1 (uma) exoneração a pedido no mês de março de 2020 de servidora do quadro efetivo da Fundação José Pedro de Oliveira;
- Não foram realizadas contratações por prazo determinado; e

Os documentos pertinentes a fase III, Atos de Pessoal, do sistema AUDESP, no primeiro quadrimestre de 2020, foram devidamente entregues, não emitindo o Tribunal de Contas nenhum alerta no período.

Não houve registro, declaração, tampouco notificação, de que dirigentes teriam acumulado outros cargos na administração pública, durante o primeiro quadrimestre de 2020.

A partir de 01º de janeiro de 2020, aplicou-se a alíquota de reajuste de 1,08% (um inteiro e oito centésimos por cento), apenas aos servidores efetivos, mediante Resolução FJPO nº 01/2018, publicada no Diário Oficial de Campinas em 12 de janeiro de 2018, com fundamento no artigo 5º da Lei Complementar nº 185, de 15 de dezembro de 2017.

6.1 - DOS ATOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO

No primeiro quadrimestre de 2020 não ocorreram aposentadorias ou pensões, relativas ao quadro de pessoal da FJPO.

7 – GESTÃO DE ALMOXARIFADO

Verificou-se, dentro da amostra analisada e dentro do período proposto, que a movimentação de material (entradas e saídas) está sendo devidamente registrada, bem como as entradas ocorrendo de acordo com as notas fiscais de compras e as saídas, com as requisições.

Na planilha de controle de estoque, fornecida pelo Departamento de Infraestrutura, observa-se a definição de estoques mínimos para programação de compras.

O acesso ao almoxarifado é restrito ao Diretor de Infraestrutura, Sr. Edson Antonio Leite, responsável pelo setor e pelo agente administrativo Sr. Miguel Alves Junior que apoia e dá suporte às atividades de almoxarifado e patrimônio.

No primeiro quadrimestre de 2020, dentro das amostras coletadas, não se verificou produtos com data de validade vencida.

8 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO

O inventário tem sido realizado anualmente, sendo que o último ocorreu em dezembro de 2019, conforme informado pelo Diretor de Infraestrutura, Sr. Edson Antonio Leite.

Os bens do ativo imobilizado da amostra analisada estão devidamente identificados, com placas ou etiquetas, permitindo a sua efetiva localização.

Para cada bem de caráter permanente, há servidor designado para guarda e administração, em conformidade com a Resolução Interna FJPO nº 002, de 27 de março de 2014, segundo se aferiu nos relatórios apresentados na auditoria *in loco*.

Os responsáveis pelos bens assinam Termo de Responsabilidade que fica arquivado em pasta específica, localizada no Departamento de Infraestrutura da Fundação José Pedro de Oliveira.

O abastecimento da frota está sendo realizado em posto credenciado e existe um relatório de controle dos gastos por Km rodado, que após utilização permanece arquivado no Departamento de Infraestrutura, conforme informação do Diretor responsável.

9 - TRANSPARÊNCIA

Atualmente o Portal da Transparência da FJPO é acessado no seguinte endereço eletrônico: <http://www.fjposantagenebra.sp.gov.br/transparencia>.

Observa-se que a FJPO atende as determinações constantes do Decreto nº 16.720 de 03 de agosto de 2009, que dispõe sobre a publicação, no endereço eletrônico do município, da relação de servidores ativos e empregados públicos, vinculados ao poder Executivo Municipal, estendendo essa obrigação para as Autarquias e Fundações Municipais.

A FJPO divulga no Portal da Transparência, entre outros:

- os editais de licitações e contratos na íntegra;
- os relatórios da execução orçamentária e demonstrativos financeiros;
- remuneração mensal, correspondentes às folhas de pagamentos, em lista totalizada e individualizada por nome do agente público.

O site da FJPO ainda possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos.

Realizou-se, por fim, a implantação, no site oficial da FJPO, de módulo para publicação da relação dos colaboradores ativos/inativos, em atenção ao COMUNICADO SDG nº 09/2019 do TCEMS.



Matrícula	Funionário	Cargo	Vínculo
744	ADRIANA ANGELO	ASSESSOR(A) EXECUTIVO(A)	ATIVO
140	ADRIANO MASCARENHAS LIMA	AGENTE ADMINISTRATIVO	INATIVO
880	ÁLVARO DA SILVA JÚNIOR	ESTAGIÁRIO(A)	ATIVO
807	ANDRÉ JULIANO ZACARDI	AGENTE ADMINISTRATIVO	ATIVO
80	ANDREA AUGUSTA BONETTO	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	INATIVO
480	AUGUSTO DE OLIVEIRA BRUNOW VENTURA	BIÓLOGO(A)	ATIVO
43	CAMILA DE SOUSA MEDEIROS TORRES WATANABE	PROCURADOR(A)	ATIVO
35	CAROLINA CAMPOS PINTO	PROCURADOR(A)	INATIVO
86	CRISTIANO KREPSKY	BIÓLOGO(A)	ATIVO
27	CRISTINA MAYUMI ARAI	CONTADOR(A)	ATIVO
582	CYNIRA ANY JOVILHANA DA SILVA GABRIEL	DIRETOR(A)	INATIVO
396	EDILSON MORGADO	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	ATIVO
795	EDSON ANTONIO LEITE	DIRETOR(A)	ATIVO

Fonte: <http://fjposantagenebra.sp.gov.br/transparencia/servidores/>

10 – DIVERSOS

Verificou-se no primeiro quadrimestre de 2020, por meio do Sistema AUDESP, que os documentos relativos ao Cadastro Geral de Entidades – Mensal, foram entregues devidamente por meio do sistema AUDESP.

11 - PARECER GERAL

No primeiro quadrimestre de 2020, baseado nas considerações acima, nas amostras e verificações coletadas, o Controle Interno conclui que as atividades da Fundação José Pedro de Oliveira estão em conformidade com as exigências legais. Cabe apenas ressaltar que a Pandemia do COVID 19, de notório conhecimento público, pode afetar o cumprimento de algumas metas previamente estipuladas pela entidade, tendo em vista a inevitável e recomendável suspensão das atividades não essenciais.

Campinas, 25 de maio de 2020.

Pyterson Mathias Martins
Controlador Interno
Fundação José Pedro de Oliveira

ANEXO I – PREENCHIMENTO PELOS DEPARTAMENTOS
QUADRO-SÍNTESE DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO – FJPO
DAFSG

<i>BALANÇOS CONTÁBEIS</i>		
PONTO DE ANÁLISE	SIM/NÃO	OBSERVAÇÃO
1. Há consistência entre os sistemas orçamentário e financeiro?	SIM	
2. Há consistência entre os sistemas econômico e patrimonial?	SIM	

<i>ADIANTAMENTO</i>		
PONTO DE ANÁLISE	SIM/NÃO	OBSERVAÇÕES
1. A FJPO está realizando despesas em desacordo com as determinações e limites legais?	NÃO	
2. Existe regulamento para o processo de adiantamento? Em caso positivo, há fiel cumprimento?	SIM	
3. Em prestação de contas anteriores, fez o Tribunal de Contas específicas recomendações para ADIANTAMENTO?	NÃO	

<i>ENCARGOS SOCIAIS</i>		
PONTO DE ANÁLISE	SIM/NÃO	OBSERVAÇÕES
1. Dispõe a FJPO do certificado de regularidade previdenciária – CRP?	SIM	
2. Os valores recolhidos ao sistema próprio de previdência, ao INSS e ao FGTS são compatíveis com o montante da folha de pagamento?	SIM	
3. Os valores recolhidos ao PASEP são compatíveis com o montante da folha?	SIM	

<i>ATOS DE PESSOAL</i>		
PONTO DE ANÁLISE	SIM/NÃO	OBSERVAÇÕES
1. No período examinado, qual a oscilação percentual no quadro de pessoal?	5,88%	<u>Admissões:</u> Não houve. <u>Demissões:</u> 1 (exoneração a pedido)
2. Quantas admissões ocorreram (por concurso; tempo determinado;	-	<u>Por concurso:</u> 0;

cargos em comissão)?		<u>Por tempo determinado: 0;</u> <u>Por comissão: 0</u>
3. Quantas demissões aconteceram?	1	<u>Demissões: 1</u> (uma) Exoneração a pedido em 13/03/2020
4. Quantos servidores se aposentaram?	0	
5. Quantas pensões foram concedidas?	0	
6. Os contratados por tempo determinado realizaram processo seletivo, ainda que simplificado?	-	Não houve contratação por tempo determinado.
7. Encaminhou a entidade, ao Tribunal de Contas, relação alusiva à movimentação de pessoal, em conformidade com o programa SISCAA.	S	Enviado pelo SISCAA , em 03/01/2020, os dados do exercício de 2019.
8. No tocante à despesa laboral, emitiu o Tribunal de Contas de Contas alerta sobre ultrapassagem de 90% do teto atribuído a cada Poder?	N	
9. Tendo o Poder Executivo ou Legislativo ultrapassado o limite prudencial da despesa de pessoal (95% do teto), continua o aumento de tal gasto?	N	
10. Há programa de treinamento de servidores?	S	A Fundação possui a Resolução Interna n° 08/2013, devendo ser atualizada.
11. Há cargos em comissão não ligados à direção, chefia e assessoramento?	N	
12. Os ocupantes de cargos em comissão têm recebido horas extras?	N	
13. As faltas ao serviço são registradas em documento de frequência do servidor?	S	
14. A entidade vem informando, ao Tribunal de Contas, os documentos da Folha de Pagamento conforme Fase III do Sistema AUDESP?	S	
15. A frequência dos servidores é controlada através do registro de ponto?	S	A FJPO possui Registrador Eletrônico de Ponto por biometria para seus colaboradores, exceto os servidores em cargo em comissão ou com função de confiança que possuem disponibilidade integral e registram presença em folha manual.
16. Em prestações de contas anteriores, fez o Tribunal de Contas	N	

específicas recomendações quanto a ATOS DE PESSOAL?		
---	--	--

TRANSPARÊNCIA		
PONTO DE ANÁLISE	SIM/NÃO	OBSERVAÇÕES
1. A entidade regulamentou a Lei de Acesso à Informação?	S	Houve regulamentação municipal, Decreto nº 17.630, de 21 de junho de 2012.
2. O regulamento encontra-se disponível na Internet?	S	Portal do Município e Portal da FJPO.
3. No regulamento estão previstos: forma de classificação das informações quanto ao grau de sigilo; responsabilização no caso de condutas ilícitas e instância recursal para os casos de pedidos de acesso à informação negados ou insatisfeitos?	S	Informações Pessoais e Sigilosas: Seção IX; Penalidades: art.43; Recursos: Seção VIII
4. Criou o "Portal de Transparência"?	S	Portal do Município e Portal da FJPO
5. É de fácil localização?	S	
6. Os conteúdos de transparência são acessados por meio de um único portal?	N	Portal do Município e Portal da FJPO, há integração.
7. O registro das competências e estrutura organizacional foi disponibilizado?	S	
8. Há divulgação de endereços, telefones e horários das unidades de atendimento?	S	
9. Há divulgação da remuneração individualizada por nome do agente público com dados sobre os vencimentos, descontos, indenizações e valor líquido?	S	
10. A entidade, em sua página eletrônica, mostra receitas arrecadadas e a espécie de despesa que está sendo realizada, desagregada esta informação em cifra monetária, nome do fornecedor e, se for o caso, o tipo da licitação realizada, tudo em conformidade com o art. 48-A da Lei de Responsabilidade Fiscal?	S	
11. A entidade disponibiliza os editais de licitações e contratos na íntegra?	S	
12. O site contém as seguintes informações de procedimentos licitatórios: modalidade, data, valor, número/ano e objeto?	S	
13. Foi disponibilizada a prestação de contas do exercício anterior?	S	

FUNDAÇÃO JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA

14. Os relatórios resumidos da execução orçamentária, demonstrativos e de gestão fiscal encontram-se divulgados?	S	Exceto Gestão Fiscal.
15. O site possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, abertos e não proprietários?	S	
16. A página possui linguagem simples, objetiva e compreensível, sem jargões técnicos, siglas ou estrangeirismo?	S	
17. Criou o Serviço de Informação ao Cidadão (art. 9º da Lei 12.527, de 2011)?	S	Decreto nº 19.356 de 20 de DEZEMBRO de 2016.
18. Há possibilidade de envio de pedidos ao SIC de forma eletrônica?	S	
19. O link do E-SIC eletrônico está disponível no site?	S	
20. Há possibilidade de acompanhamento eletrônico do pedido de acesso?	S	
21. Há possibilidade de entrega de um pedido de acesso à informação de forma presencial?	S	

LICITAÇÕES E CONTRATOS

PONTO DE ANÁLISE	SIM/NÃO	OBSERVAÇÃO
1. Os Editais estão conforme as Súmulas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo?	SIM	
2. O objeto da licitação foi bem definido?	SIM	
3. Os Convites têm sido expedidos sempre para os mesmos fornecedores?	NÃO	
4. Tem-se recorrido muito mais aos Convites do que aos Pregões?	NÃO	
5. Relativamente à despesa total, tem sido elevado, em proporção preocupante, o quantitativo de contratações diretas (dispensas ou inexigibilidades)?	NÃO	
6. A FJPO vem realizando muitos aditamentos contratuais?	NÃO	

7. Nas dispensas licitatórias por valor, faz a entidade pesquisa junto a pelo menos três fornecedores?	SIM	
8. Relativamente à criação, expansão e aprimoramento da ação governamental, as licitações estão instruídas com estimativa trienal de impacto orçamentário--financeiro e por declaração de compatibilidade com o PPA e a LDO?	SIM	
9. Os contratos ou ajustes têm sido enviados ao Tribunal de Contas quando selecionados e requisitados?	SIM	
10. A entidade vem informando, ao Tribunal de Contas, as sanções aplicadas a contratados, nos moldes do art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666, de 1993?	SIM	
11. Os editais de licitação e contratos estão disponibilizados na íntegra no Portal de Transparência?	SIM	
12. A entidade vem informando, ao Tribunal de Contas, o envio de Contratos e Termos Aditivos conforme Fase IV do Sistema AUDESP?	SIM	
13. Quando solicitado pelo Tribunal de Contas a entidade tem enviado as documentações pertinentes via Sistema e-tcesp?	SIM	
14. Em prestações de contas anteriores, fez o Tribunal de Contas específicas recomendações para LICITAÇÕES E CONTRATOS?	NÃO	
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		

FUNDAÇÃO JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA

PONTO DE ANÁLISE	SIM/NÃO	OBSERVAÇÕES
1. Emitiu o Tribunal de Contas alertas quanto a possível tendência de déficit e insuficiente pagamentos de restos a pagar nos autos de processo de acompanhamento da gestão fiscal?	NÃO	
2. Tem se recorrido a elevado nível de alterações orçamentárias por meio de créditos adicionais ou mediante transposições, remanejamentos e transferências?	NÃO	

<i>FINANCEIRO</i>		
PONTO DE ANÁLISE	SIM/NÃO	OBSERVAÇÕES
1. As conciliações bancárias têm sido feitas em períodos mensais?	SIM	
2. As disponibilidades têm sido depositadas em bancos estatais, o que atende ao art. 164, § 3º da Constituição?	SIM	No Banco do Brasil.
3. As contratações para aquisições de bens/produtos e/ou prestação de serviços possuem prévia análise financeira/orçamentária de viabilidade?	SIM	Para todas as aquisições/contratações emitimos relatório do saldo orçamentário disponível e analisamos a possibilidade da contratação.
4. Os empenhos possuem autorização e assinatura dos ordenadores da despesa?	SIM	Autorizações e assinaturas do Presidente e do Tesoureiro.
5. As notas fiscais são atestadas pelos gestores dos contratos e após são devidamente recepcionadas e liquidadas?	SIM	Após assinadas são contabilizadas no Sistema de Informações Municipais – SIM.
6. A ordem cronológica de pagamentos tem sido obedecida?	SIM	
7. Em prestação de contas anteriores, fez o Tribunal de Contas específicas recomendações quanto à gestão financeira da entidade?	NÃO	

DTC

<i>PPA/LDO/LOA</i>		
PONTO DE ANÁLISE	SIM/NÃO	OBSERVAÇÕES
1. O PPA, a LDO e a LOA estão sendo executados conforme planejado?	Não	O PPA programado para o exercício de 2020 teve que ser readequado quando da elaboração da LOA 2020, conforme solicitação da PMC
2. Os programas, ações e metas	Parcialmente	Com relação à meta “Novos Programas de

FUNDAÇÃO JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA

<p>estabelecidos estão sendo cumpridos de acordo com o informado no Sistema AUDESP? Detalhe de forma objetiva as informações e justifique as realizações.</p>		<p>Educação Ambiental Implantados”, sendo 1 para 2020, a Meta ainda não foi cumprida, devido a suspensão das atividades de educação ambiental visando o combate ao Novo Corona Vírus.</p> <p>Com relação à meta “Manutenção de áreas de trilhas e bordas”, sendo 28 ha em 2020, o DTC está cumprindo com a Meta estabelecida.</p> <p>Com relação à meta “Trabalhos publicados pela FJPO”, sendo 2 trabalhos publicados em 2020, a meta ainda não foi cumprida devido a suspensão de eventos visando o combate ao Novo Corona Vírus.</p>
---	--	---

DI

<i>PPA/LDO/LOA</i>		
PONTO DE ANÁLISE	SIM/NÃO	OBSERVAÇÕES
<p>1. O PPA, a LDO e a LOA estão sendo executados conforme planejado?</p>	<p>Não</p>	<p>O PPA programado para o exercício de 2020 teve que ser readequado quando da elaboração da LOA 2020, conforme solicitação da PMC</p>
<p>2. Os programas, ações e metas estabelecidos estão sendo cumpridos de acordo com o informado no Sistema AUDESP? Detalhe de forma objetiva as informações e justifique as realizações.</p>	<p>Parcialmente</p>	<p>Devido a situação que PMC esta atravessando, em relação a situação financeira, este Departamento foi orientados a fazer contingenciamentos nas ações e valores antes previsto no PPA.</p>